

A ÉTICA E O PLURALISMO NO ENSINO DE ECONOMIA

Reinaldo A. Carcanholo¹

Desde o seu nascimento, no final do ano de 1985, a ANGE (Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia) vem defendendo, como uma das suas principais bandeiras, ao lado da qualidade do ensino de economia, o pluralismo teórico e metodológico. Na verdade a defesa desse princípio aparece muitos anos antes com o Movimento de Renovação dos Economistas e em várias escolas pioneiras na transformação do currículo.

O princípio aparece claramente expresso tanto no parecer do prof. Armando Mendes (Parecer nº 375/84) quanto na própria resolução 11/86 do Conselho Federal de Educação, que em seu artigo 7º afirma:

"A definição do currículo pleno e a fixação dos programas de cada disciplina, assim como seu ensino, deverão obedecer aos seguintes princípios:

- a) O curso de Ciências Econômicas deverá estar comprometido com o estudo da realidade brasileira, sem prejuízo de uma sólida formação teórica, histórica e instrumental;
- b) O curso deverá caracterizar-se pelo pluralismo metodológico, em coerência com o caráter plural da ciência econômica, formada por correntes de pensamento e paradigmas diversos;

1 Professor do Departamento de Economia e do Mestrado em Economia da UFES.

- c) No ensino das várias disciplinas do curso deverá ser enfatizada a importância fundamental das inter-relações ligando os fenômenos econômicos ao todo social em que se inserem;
- d) Dever-se-á transmitir ao estudante, ao longo do curso, o senso ético de responsabilidade social que deverá nortear o exercício futuro de sua profissão."

Pode-se afirmar que a aplicação adequada do princípio do pluralismo, em primeiro lugar, permite que o ensino seja mais honesto, ao reconhecer que a economia é uma disciplina em si mesmo plural e submetida inevitavelmente à influência dos valores e visões de mundo alternativos de seus autores e pensadores. Além do mais, depois de anos de experiência na implementação do novo currículo, ao longo de todo o país, estamos absolutamente convencidos de que sua aplicação apresenta uma grande vantagem prática na formação do futuro economista. Trata-se da visão crítica que transmite aos alunos, frente aos fatos e às idéias, o que está intimamente ligado ao estímulo à capacidade criativa e ao desenvolvimento da competência para enfrentar problemas novos na realidade concreta. Essas são, e cada vez mais, qualidades indispensáveis para um profissional da área que pretenda transcender as ocupações que não exigem mais do que a mediocridade.

O estudo de autores como Smith, Ricardo e especialmente Marx, Marshall, Keynes, Schumpeter e outros, através dos originais, não só transmite aos alunos formas alternativas de pensar o mundo em que vivem, como os ensina a pensar cientificamente, isto é, de forma crítica e contrapondo diferentes interpretações sobre a realidade. E isso é importante, não porque consideremos que as escolas de Economia devem formar cientistas, mas porque estamos convencidos de que enfrentar as dificuldades do mercado de trabalho

exige, hoje mais do que nunca, um profissional versátil, com ampla formação cultural e humanística. Só ocupações mediocres e burocráticas se satisfazem com profissionais que não fazem mais do que repetir, sem criatividade, as receitas encontradas em manuais, ou que só conhecem técnicas elementares como uso de certos programas de computador, cálculo de taxa de juros, datilografia, etc. Essas técnicas são indispensáveis, mas estamos convencidos de que podem ser aprendidas rapidamente e até, em último caso, de maneira autodidata por profissionais formados na Universidade. O ensino universitário é muito caro para satisfazer-se em transmitir esses ensinamentos elementares. É obviamente muito mais fácil chegar a eles quem tem sólida formação teórica, histórica e matemática, que a esta aqueles que só conhecem algumas técnicas elementares.

Em resumo, por estar convencida de que a Universidade deve formar seus alunos para o mercado de trabalho, a ANGE é defensora de um ensino de economia que resulte em uma sólida formação pluralista, tanto a nível teórico quanto metodológico, além de lhes proporcionar um amplo conhecimento histórico e instrumental.

Além disso, é necessário destacar também que o pluralismo está intimamente relacionado com a ética que deve ser transmitida nos bancos universitários. Pluralismo e ética estão associados e não é por outra razão que aparecem explicitados no mesmo artigo da Resolução citada.

Ética e Pluralismo

Quando nos induzem a pensar em ética, vem-nos à lembrança imediatamente aquele corpo de valores morais que chegaram até nós em virtude da educação que recebemos no lar, nos primeiros anos

da escola, eventualmente na igreja (se religiosos) etc. E recordamos assim de valores como a solidariedade, a generosidade, o respeito ao próximo, a amizade, o amor, a lealdade, etc. Todos eles sustentados numa visão humanista de caráter religioso (na maior parte das vezes, entre nós, cristão) ou ateu (socialista, marxista, anarquista, etc). Chegamos a pensar que não pode haver corpo de valores diferente, alternativo, capaz de ser defendido publicamente. Mas isso é pura ilusão.

Ao revisar um livro recém publicado por E. G. Fonseca, nos encontramos com muitas passagens realmente interessantes. Há uma em especial que consiste numa citação de M. Friedman, que tomamos a liberdade de reproduzir:

*"Poucas tendências poderiam minar tão completamente os próprios fundamentos da nossa sociedade livre quanto a aceitação, por parte dos dirigentes de empresa, de uma responsabilidade social outra que não a de fazer tanto dinheiro quanto for possível para os seus acionistas."*²

Assim, para Friedman, o comportamento egoísta dos dirigentes de empresa, ao buscar exclusivamente o lucro, tanto quanto possível (e a qualquer preço, também?), não só é justificável, como é o único compatível com uma ("a nossa") sociedade livre. E mais, qualquer vacilação de um deles frente a qualquer daqueles valores, como solidariedade, generosidade, etc, constitui fator poderoso que mina os próprios fundamentos e pilares da sociedade de mercado. Ao que parece, não seria temeroso de nossa parte considerar que o autor extenderia essa apreciação para todos os demais agentes da economia.

2 FRIEDMAN, M. *Capitalism and freedom*, Chicago, p.133. Citado por FONSECA, E.G. *Vícios Privados, Benefícios Públicos?* São Paulo, Companhia de Letras, 1994, p.152.

Quando me deparei com semelhante afirmação, com tal visão ética, chamada por Fonseca de "egoísmo ético", confesso que, no primeiro momento, me indignei; isso sem dúvida é egoísmo, mas jamais ético. Prefiro chamá-la de "liberalismo cínico". Não é necessário insistir muito sobre o fato de que essa postura está profundamente relacionada com uma fé cega na perfeição do mercado; este funcionaria como perfeito instrumento automático que asseguraria o adequado funcionamento da sociedade, da economia em particular.

No entanto, num segundo momento, comecei a me perguntar se aqueles valores inicialmente referidos, como base de uma postura ética e moral por mim imaginada, não estariam fora de moda, superados nestas últimas décadas por uma postura pragmática, fruto natural da etapa de degeneração social do capitalismo; ultrapassados como resultado da lei da selva que se impôs no mundo, especialmente naquela sua face mais negra e que mais conhecemos: a do terceiro mundo. Se fosse assim, superado estaria aquele humanismo que aprendemos a partir de um Tolstói, por exemplo: ele não seria mais do que um idealismo consolidado na década de sessenta, distante época em que nos atrevíamos a pensar que o mundo poderia chegar a ser melhor. E aquela indignação inicial, começou a converter-se em frustração.

Por sorte, deparei-me com uma entrevista de Caetano Veloso³ e ela mostrou-me que não estamos sozinhos naquela perspectiva inicial sobre ética e humanismo:

"... a capacidade dos povos de criar riqueza material é louvável e deve ser perseguida. Mas não pode nem deve ser o único critério de julgamento e

3 Entrevista ao Caderno Folha Ilustrada da Folha de São Paulo de 06/06/94.

valoração. ...O que não quero é admitir que minha inteligência esteja submetida a esta superstição de que a geração de riqueza é o valor último."

E respondendo à pergunta do entrevistador sobre se tinha medo de entrar num trabalho ou numa carreira mais comercial, afirmou:

"Eu tenho fastio por projetos comerciais. O que eu faço já é suficiente, é até comercial demais. Eu nunca vendi muito, mas dá para viver como nunca pensei. Eu sou de família de classe média quase pobre. Nunca pensei em ter tanta coisa como tenho hoje."

"Eu nunca pensei em ter tanta coisa como tenho hoje" ; assim, Friedman não teria escolha senão acusá-lo de destruidor, junto com Betinho entre outros, dos fundamentos da "nossa" sociedade livre e de acreditar que nossa miséria se explica por termos, entre nós, muitas pessoas com similar atitude frente ao mundo.

Sem dúvida, as palavras de Caetano refletem uma postura absolutamente oposta, antagônica à do liberalismo cínico, que privilegia os princípios da generosidade, do velho humanismo; são idéias que encontramos dentro do que podemos chamar de ética da solidariedade e da libertação. A ela estão vinculados, por exemplo, um certo tipo de humanismo, os movimentos rebeldes de libertação na América Central e México, a teologia da libertação, O CNA de Nelson Mandela.

Não é, obviamente, a perspectiva defendida por Fonseca, o autor acima referido. Ele não chega, é verdade, a concordar inteiramente com a posição de Friedman, com o liberalismo cínico, embora sua confiança no mercado não seja pequena:

*"O mercado regido pelo sistema de preços é dotado de propriedades notáveis e surpreendentes de funcionamento, mas ele não é tudo e ele não existe num vácuo."*⁴

E também:

*"A economia de mercado regida pelo sistema de preços é a melhor solução para o problema da coordenação econômica e da alocação eficiente de recursos."*⁵

O autor referido faz, na verdade, um esforço para encontrar um papel para os valores éticos ao lado do mercado: é a perspectiva da ética como um dos fatores de produção⁶. Certos valores morais e éticos, para ele, são indispensáveis para que o mercado cumpra adequadamente seu papel na ordem econômica e seja capaz de funcionar com maior eficiência na organização da sociedade, tendo em vista a produção de riqueza material. Assim, afirma:

*"É ilusão supor que o auto-interesse dentro da lei é tudo o que o mercado precisa para mostrar do que ele é capaz na criação de riqueza. A qualidade dos jogadores - as variações de motivações e conduta na ação individual - afeta a natureza das regras do jogo e exerce, juntamente com elas, um papel decisivo no desempenho da economia."*⁷

Destaca, por exemplo, que a confiança recíproca entre os agentes é aspecto fundamental para o funcionamento mercantil, para o sistema de preços e afirma que isso é relevante para a teoria:

4 Cf. Fonseca, E.G. Op. cit., p.153

5 Idem, p. 184

6 Cf. Fonseca, E.G. Op. cit., pp. 183 e 184.

7 Fonseca, E.G. Op. cit., p.185

*"Não é exagero dizer que a descoberta da ética pela economia nos últimos anos é, na verdade, uma redescoberta: ... reflete, retoma e elabora argumentos e idéias originalmente desenvolvidos, a partir do início do séc. XIX, por economistas que ... afirmaram na teoria a relevância prática da ética."*⁸

Atreve-se mesmo a sugerir, de passagem, talvez meio envergonhadamente, que a ausência de certos valores morais é a explicação da problemática das "nações em desenvolvimento":

*"...a disposição da maioria dos indivíduos de acatar as regras do jogo ... pressupõe um generoso insumo de moralidade cívica. Na ausência deste insumo - como parece ser o caso em boa parte das nações em desenvolvimento - as instituições do mercado competitivo não se firmam e o jogo econômico da sociedade tende a prosseguir de modo precário, instável e desordenado."*⁹

O raciocínio e a lógica liberal são realmente tortuosos: a) destacam a existência, no mundo atual, de espaços (países?) onde a organização econômica permite o desfrute da riqueza material; b) atribuem a essa organização a capacidade da produção dessa riqueza; c) afirmam sua fé cega de que é a existência do mercado que garante essa prosperidade e transformam essa afirmação em verdade absoluta e suprema; d) para aquelas regiões onde não há tal prosperidade, não há problema teórico, procuram algo que explique a razão pela qual a mágica capacidade do mercado não consegue se efetivar; encontram qualquer coisa que justifique porque o mercado não funciona com perfeição.

8 Idem, p. 165.

9 Idem, p.184

Assim, para explicar a problemática extrema dos espaços periféricos, o raciocínio liberal apela para questões raciais ou climáticas (por exemplo, o clima tropical determinaria, no comportamento individual, um excessivo apego à libido), ou qualquer outro fator que dificultaria o funcionamento econômico e prejudicaria a operação adequada das funções do mercado. Nos países, espaços ou regiões periféricas do capitalismo onde não ocorre a prosperidade, mas a miséria extrema, o desemprego, a marginalidade e a exclusão; onde também prevalece a lei mercantil e o sistema de preços é o mecanismo fundamental de coordenação econômica e alocação de recursos, não é necessário atribuir ao mercado a responsabilidade pelos problemas; é fácil encontrar um "bode expiatório". Não fosse o trágico de raciocínios desse tipo, seriam eles simplesmente ridículos.

Para fugir do ridículo, o liberalismo envergonhado encontra uma explicação um pouco menos deselegante que o apelo a questões raciais ou climáticas e atribui os problemas econômico-sociais dos espaços periféricos à ausência de valores morais, capazes de garantir o bom funcionamento do mercado.

Talvez o intelectual liberal, proveniente dos espaços ou países periféricos (do Brasil, por exemplo), não tenha alternativa: não se atreve a defender o liberalismo cínico de um Friedman, por viver em um mundo em que tal lógica contrasta violentamente com a realidade social extrema que o cerca, embora quase não o contamine; então, não tem outra alternativa senão enquadrar-se dentro do liberalismo envergonhado. Não se atreve a afirmar categoricamente que a ausência de valores éticos é o que explica a miséria e o atraso; mas a sugere. Não se atreve a defender em todos os seus aspectos o liberalismo cínico, mas fica nas suas proximidades.

De todas as maneiras, cínico ou envergonhado, o liberalismo não tem alternativa senão utilizar aquela lógica distorcida. O liberal tem que enfrentar-se à possibilidade de que o mundo capitalista, um dia, seja entendido por muitos como uma totalidade na qual espaços centrais e periféricos pressupõem-se e condicionam-se; onde o mercado funciona como mecanismo que não só cria riqueza e miséria ao mesmo tempo, distribuindo-as espacialmente, como também gera, reforça e amplifica os contrastes. Assim, os valores morais e éticos na periferia, qualquer que sejam realmente eles, seriam entendidos não como causas explicativas do econômico, mas como sua consequência.

Enfim, há uma coisa sobre a qual não pode haver nenhuma dúvida. O liberalismo cínico ou envergonhado e sua concepção ética correspondem a um paradigma que ainda hoje é hegemônico dentro do pensamento econômico: o neoclássico. E é isso que nos sugere a existência de um estreito paralelo entre concepção ética e paradigmas econômicos. Se ele realmente existe, a concepção ética oposta ao liberalismo - o que nós denominamos ética da solidariedade e da libertação - deve ter seu paralelo dentro das diferentes concepções em teoria econômica. Como seu oposto extremo, essa ética só pode ser radicalmente anticapitalista; radical no sentido original de "referente à raiz", oposta, adversária, inimiga da natureza íntima e essencial dessa forma de organização social. É por isso que ela só pode corresponder a (ou no mínimo ter por base) a crítica de Marx à sociedade capitalista. Não é por outra razão a proximidade desta com os atuais movimentos de libertação da América Central, o CNA da África do Sul, a teologia da libertação, etc.

Assim, estaríamos frente a dois pares extremos. Por um lado a ética liberal cínica ou envergonhada e o seu correspondente paradigma

dentro do pensamento econômico contemporâneo: a concepção neoclássica. Por outro, a ética da solidariedade e da libertação, de origem religiosa ou não, associada a uma concepção anticapitalista radical de filiação marxista.

Frente a esses extremos, amplos setores médios (profissionais liberais, funcionários médios, pequenos empresários do comércio ou da indústria) e muitos intelectuais acadêmicos, todos privilegiados dentro da sociedade capitalista, sentem-se incomodados ou chocados. Não é possível que as opções sejam somente essas, radicais e extremadas. É indispensável que exista uma posição intermediária: **Woin medio stat virtus**¹⁰. E de fato, nesses setores, encontra-se amplamente disseminada uma ética social-democrata que não se identifica com o anticapitalismo, mas que se incomoda com os rasgos anti-humanos dessa sociedade. A destruição do capitalismo não lhes convém, pois perderiam seus privilégios; por isso não aceitam a ética que pressupõe uma nova forma social. Ao mesmo tempo, temem que a lógica interna e inexorável do capital possa levar a sociedade à autodestruição; por isso preocupam-se com sua ação excludente e marginalizadora sobre amplos setores sociais; e não porque se identifiquem com ele e vejam ali o reflexo de sua própria natureza ou existência, mas por temerem por seus privilégios. Assim, sobrevivem com as vantagens que o capitalismo lhes oferece, mas dentro de um dilema.

Pela própria característica intermediária de sua posição, a ética social-democrata é pouco precisa. Apresenta muitos matizes que, por um lado, alcançam as fronteiras do liberalismo envergonhado e, por outro, tangenciam aqueles limites que a separam da ética da

10 A virtude está no centro.

solidariedade e da libertação. Se está mais ali ou mais aqui, depende de muitos fatores. Depende do tipo da camada social interior aos setores médios de que se trate: se mais ou menos privilegiada; das condições históricas concretas, da conjuntura econômica e da política. Alguns setores médios, por lucidez, podem situar-se de maneira mais ou menos permanente nas fronteiras da ética da libertação (alguns setores intelectuais, por exemplo). Em circunstâncias políticas e/ou econômicas mais extremas, as camadas menos privilegiadas podem situar-se aqui ou ali; podem servir de força social principal do liberalismo cínico (ao lado de setores marginais, manipulados pelo oportunismo que os caracteriza) e até do facismo ou podem aliar-se, com grande ímpeto (embora temporário), à transformação radical.

A ética social-democrata, também, engloba adeptos oriundos dos próprios círculos representantes do capital, daqueles mais lúcidos sobre os problemas futuros da sociedade e com certa clareza da perspectiva global e não individual da sociedade. Em certas circunstâncias políticas, pode receber apoio do liberalismo envergonhado ou até pode apoiá-lo. Enfim, o campo e o espaço dessa ética é amplo, pouco definido, instável e com fronteiras fluídas. Trata-se de uma ética temerosa e vacilante.

Apesar de tudo, essa ética também tem seu correspondente paradigma dentro do pensamento econômico atual: trata-se da concepção ricardiana sobre a sociedade capitalista (ou da sociedade de economia monetária, como ela mesmo, algumas vezes, denomina). O atual paradigma ricardiano, que tem na interpretação sraffiana de David Ricardo seu suporte teórico mais íntimo, alcança muito mais do que aqueles que se autodenominam neo-ricardianos: engloba, com certeza, todos os que se auto-intitulam heterodoxos,

não neoclássicos, não marxistas. Inclui, até, muitos que se consideram tributários de Marx.

Que características fundamentais tem esse paradigma que o diferenciam dos demais? Em primeiro lugar não é anticapitalista radical (no sentido indicado), mas é explícito na sua crítica ao capitalismo selvagem; ou mais precisamente, é muito mais contra o "selvagem" do que contra o capitalismo e acredita firmemente (mas nem sempre) que eles são dissociáveis. Admite a existência, na própria lógica capitalista, de contradições que prejudicam, dificultam seu desenvolvimento; crê que estas poderiam até levá-lo, se não houver correções conscientes de seu rumo, a impasses talvez insuperáveis. Ao contrário do paradigma marxista, onde a contradição é identificada na própria lógica imanente ao capital e seu desenvolvimento é o próprio desenvolvimento dessa contradição cada vez mais antagônica, no paradigma ricardiano ela se situa essencialmente no nível da distribuição e, por isso, existe certa possibilidade de manipulação consciente da mesma: o problema consiste em como se reparte o "bolo", a riqueza produzida ou o excedente, e isso é negociável. As contradições admitidas no interior da lógica produtiva (por oposição à distributiva), mais que contradições, são dificuldades inevitáveis de qualquer sociedade monetária e, como consequência, de qualquer sociedade. Não há alternativa. O futuro é necessariamente capitalista; ou, pelo menos, deve sê-lo.

O paradigma ricardiano tem, como pilar de sua sustentação, uma particular concepção sobre a natureza da riqueza, que se deriva da interpretação sraffiana de Ricardo. A riqueza é vista como um conjunto heterogêneo de bens e ela cresce ou não em função da tecnologia. O tamanho do excedente econômico, sobre o qual a

sociedade estabelece sua disputa para definir a parcela de cada setor, resulta do conhecimento tecnológico; sua expansão depende do avanço da tecnologia. Esta é a origem, a fonte do excedente econômico e, portanto, da riqueza das sociedades. A tecnologia não é atributo do trabalho mas do capital e é por isso que o desenvolvimento daquela depende do investimento. Este é a variável chave.

Essa postura ricardiana contrasta com a perspectiva marxista e com a neoclássica. Esta concebe a riqueza como utilidade e sua origem é a contribuição dos fatores, a produtividade de cada um. A sociedade é vista como um organismo harmônico, sempre tendente ao equilíbrio. A de Marx vê a riqueza como relação social de domínio, como valor, e sua fonte é atribuída ao trabalho abstrato; o capitalismo, como qualquer organismo, nasce, desenvolve-se e morre e esse caminho explica-se por suas contradições interna, antagônicas.

Em resumo, parece ser claro que existe um estreito paralelo entre cada um dos três paradigmas hoje relevantes dentro do pensamento econômico e as concepções éticas descritas. Ao paradigma neoclássico parece corresponder a ética do liberalismo cínico ou envergonhado que, na nossa opinião, é uma anti-ética; à concepção ricardiana associa-se a ética social-democrata, temerosa e vacilante; ao paradigma criado por Marx corresponde a ética da libertação.

De todas as maneiras, certa ou errada a forma de associação que descrevemos entre paradigmas e éticas, esteja ou não correto o nosso modo de ver cada uma destas, é inegável que o pluralismo, como princípio organizador do ensino de economia, é indispensável para que se transmita aos estudantes, honestamente, o debate necessário sobre princípios éticos, especialmente aqueles vinculados ao exercício da profissão de economista.

Negar o pluralismo teórico e metodológico no ensino de graduação de Economia significa, além de não permitir ao estudante o acesso a formas alternativas relevantes de interpretar a realidade econômica contemporânea, esconder a existência de princípios éticos contrapostos dentro da sociedade.

O pluralismo não só é um pressuposto da honestidade científica, mas também da elementar ética.